

A HIERARQUIA DO ACERVO: ANOTAÇÕES SOBRE A PRESENÇA DE LUÍZA TÁVORA NO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC)

THE HIERARCHY OF THE COLLECTION: NOTES ON THE PRESENCE OF LUÍZA TÁVORA IN THE COLLECTION OF THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC)

Norma Sueli Semião FREITAS*

Jailson Pereira da SILVA**

Resumo: Esse artigo aborda a relação entre mulheres e arquivo, partindo do acervo documental referente à figura pública de Luíza Távora. Luíza foi primeira-dama do Estado do Ceará em dois momentos (1963-1966 e 1979-1982). Embora sua imagem seja monumentalizada, nomeando escolas, ruas e praças, e a despeito de ser lembrada como “a mãe dos pobres”, Luíza não tem lugar no Arquivo Público do Estado do Ceará, a não ser como adendo do fundo documental do esposo. Para ela, existe apenas uma subsérie, dentro da série “documentos pessoais”. Essa situação nos faz pensar como questões de gêneros atuam sobre mulheres que, mesmo sendo brancas, ricas e oriundas de famílias tradicionais, têm seus acervos erigidos com entradas subalternas nos arquivos dedicados aos homens.

Palavras-chave: Arquivo, Gênero-Mulheres, Política, Luíza Távora.

Abstract: This article approaches the relationship between women and the public archive, starting from the documentary collection referring to the public figure of Luíza Távora. Luíza was the First Lady of Ceará on two occasions (1963-1966 and 1979-1982). Although her image is monumental, naming schools, streets and squares, and despite being remembered as “mother of the poor”, Luíza has no place in the Arquivo Público do Estado do Ceará, except as an addendum to her husband’s Documentary Fund. For her, there is only one sub-series, within the series “personal documents”. This situation makes us think about how gender issues affect women who, despite being white, rich and from traditional families, have their collections built with subordinate entries in the archives dedicated to men.

Keywords: Archive, Gender-Women, Politics, Luíza Távora

Introdução

Esse artigo deseja refletir sobre a relação entre mulheres e arquivo¹. O interesse é pensar, a partir da figura de Luíza Távora, primeira-dama do Ceará em dois períodos

*Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero (GPEHG) e do Grupo de Pesquisa “História, Teoria e Documento: Reflexões sobre fontes históricas”. E-mail: sufreitas2005@yahoo.com.br.

**Professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa “História, Teoria e Documento: Reflexões sobre fontes históricas”.

(1963-1966 e 1979-1982), como se dá a organização dos acervos referentes às histórias das mulheres. A trajetória de Luíza esteve constantemente atravessada pelo poder. Na vida pública, utilizou o cargo de primeira-dama para explorar e ampliar relações e influências. Na vida privada, gozou de situações privilegiadas. Filha de professor universitário e juiz, era branca, oriunda de família de destaque nas rodas dos poderosos. Mas, como as esferas pública e privada têm fronteiras permeáveis, a mulher Luíza teve que lidar com os tradicionais papéis de mãe e esposa, ao mesmo tempo que se notabilizava como a figura pública que assumia o papel de primeira-dama. E, assim, soube teatralizar sua condição de mulher, capitalizando a partir dessa posição, lugares de visibilidade.

Esses papéis sociais, de mulher e esposa, numa primeira visada, limitavam sua força, enquadravam sua figura de sujeito em posições específicas no jogo do poder. Porém, paradoxalmente, davam-lhe condições de potencializar sua imagem como primeira-dama, ajudando a tornar sua existência válida e exemplar.

Independentemente de sua imagem, a despeito de suas marcações sociais (branca e oriunda de família de destaque), Luíza, e outras primeiras-damas, como Darcy Vargas, têm seus arquivos, comumente, apresentados como um adendo de um arquivo maior, destinado, quase sempre, a um homem. No caso de Luíza, ela permanece presente na memória do Ceará, sobretudo na capital, Fortaleza, a partir de dois movimentos. De um lado, repetidas reportagens e homenagens atravessam o tempo, e, não raro, evocam sua memória, mobilizando os epítetos com os quais ela era tratada, quando ocupava o cargo de primeira-dama. Assim, expressões como “a grande mãe”, “a irrepetível”, “a mãe dos pobres”, são evocadas quando surgem quaisquer referências ao nome de Luíza Távora. Por outro lado, a monumentalização de seu nome em lugares públicos como praças, ruas e escolas contribui para que sua memória permaneça em evidência.

Pensando nessa relação entre o arquivo e a mulher, dividimos esse artigo em três partes. Na primeira, um esboço da personalidade de Luíza Távora é elaborado com o intuito de apresentar a personagem histórica, que marca a vida pública, no Ceará, desde os anos 1960. Afinal, como dissemos, Luíza é um nome constantemente lembrado, quando, por um motivo qualquer, se deseja tratar da relação mulher-poder, no Estado do Ceará. Um quadro é traçado, com leves pinceladas biográficas, todavia o centro do olhar não recai, exclusivamente, sobre a figura em si. Por vezes, o olhar se desloca e a ênfase caminha em direção às ações da personagem no espaço público. Por isso, há momentos,

nessa primeira parte, em que Luíza sai de foco e são as movimentações de sua figura que entram na centralidade da cena.

De imediato, deixamos claro que não se trata da elaboração de um discurso laudatório sobre a personagem. O que nos interessa é, antes, pensar como essa figura e suas histórias, nos ajudam a entender a relação entre história, memória, arquivo e gênero.

A segunda parte do trabalho, mais curta, trata da face mais visível da monumentalização de Luíza; ou seja, do modo como sua memória vai sendo erigida e operacionalizada no espaço público, dando nome à praça, ruas, avenidas e escolas. Nesse segundo momento, pensamos esse aspecto da monumentalização como um processo que se desdobra em duas direções: por um lado, esses lugares compõem um “arquivo outro”, um “arquivo paralelo”. Eles impõem a figura de Luíza como uma presença histórica. Mas o fazem apenas como evocação. Saber desses lugares pouco nos ajuda a saber da Luíza, das suas histórias e suas ambivalências. Como são lugares comemorativos, sua referência direta não é ao tempo de Luíza, mas ao tempo em que ela foi lembrada, erigida em pedra e cal. Por outro lado, esses lugares funcionam como pontos de partida para que se busque o “arquivo principal”, entendido aqui como um conjunto de documentos que passam a existir, a partir do agrupamento dos registros da vida de Luíza.

Esse conjunto primeiro de documentos, esse “arquivo principal”, mais especificamente o questionamento de sua lógica e de sua organicidade, é o ponto central da terceira parte do artigo. Interessa, nesse momento, entender como se dá a fabricação do arquivo referente à personagem esboçada (na parte 1) e monumentalizada (na parte 2). Para isso, recorreremos ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), com o propósito de localizar, dentro da dispersão e do agrupamento dos documentos, como a figura de Luíza Távora é dada a existir, num conjunto de documentos cuja organização se dá a partir da centralidade da figura de seu esposo. Percebemos que não há um “Arquivo Luíza Távora”, a não ser como uma entrada secundária no “Fundo Documental Virgílio Távora”. Para nós, a existência desse arquivo principal e a subsequente edificação da figura de Luíza Távora como um enclave de um corpo documental mais extenso, impulsionam nossas reflexões sobre gênero e arquivo; mais especificamente, sobre arquivo e mulher. Afinal, o que significa o fato de, ao desejarmos pesquisar a “Luíza”, termos de recorrer ao arquivo de Virgílio?

Quem foi Luíza Távora?

O indivíduo é peça poliédrica. Seria impossível abarcar todas as suas faces numa única visada. Conforme afirma Dosse (2009), em *O desafio biográfico*, para compreender o indivíduo, precisamos atravessar campos contíguos e caminhar por trajetos nem sempre definidos. Vai-se do cultural ao político; dali passamos ao social e ao religioso. Mas nem sempre percebemos as barreiras entre um lugar e o outro.

Não é fácil saber das fronteiras onde habita a História; e o indivíduo não existe sem uma relação com o coletivo, porque a construção de sua identidade pessoal só é possível enquanto processo histórico. E não há processo histórico que pertença a um sujeito único. Por isso, toda História é coletiva. É a relação com o outro que faz a História existir, como nos ensina Hannah Arendt (2016, 62), ao recorrer à emoção de Ulisses, quando este, na corte do rei dos Feácios, ouve a narrativa de seus próprios feitos. Ao ver sua vida de fora, a existência de Ulisses torna-se outra coisa. Nesse momento, ele vira História porque o seu “eu” torna-se “outro”. A experiência de Ulisses nos faz pensar que a narrativa da vida é uma das mais intrigantes formas de escrita da história. Não há como esquecer, no entanto, que a biografia foi “vituperada”, ao longo do século XX, como nos disse Sabina Loriga (2011, 45). Isso porque estava claro que havia um risco de a biografia acabar por produzir idealizações, o que, ao fim e ao cabo, transformaria os sujeitos biografados em figuras exemplares, para o bem e para o mal.

Do mesmo modo como Dosse (2009), Rachel Soihet (2003) nos lembra como a análise das experiências de vida, por meio do método biográfico, apresenta-se como um campo verificador de lacunas deixadas, inclusive, em termos de gênero, por indivíduos mergulhados na opacidade, entre eles, as mulheres.

Tais pressupostos constituem campos de possibilidades na análise do percurso de vida da personagem pública aqui apresentada. Mas, antes de iniciarmos essa rápida visada biográfica, é bom lembrar o alerta feito por Robert Darnton (2005, 179): “se você está escrevendo uma biografia, comece com um pedido de desculpas”. E assim começamos a apresentação de Luíza Távora.

Luíza Silva Moraes Correia nasceu em 1923, em uma família de elite da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Filha de Luiz Moraes Correia e de Esmerina Silva Correia, Luíza foi criada em um grande palacete com seus outros seis irmãos: Heitor, Nícia, Branca, Milton, Valmir e Maria Cristina, onde teve uma forte influência de seu pai, um dos grandes magistrados do período.

Em seu namoro com Virgílio Távora, então militar, e em fervorosa campanha eleitoral a deputado federal, em 1950, Luíza já demonstrava gosto pela política. “Revelou-

se tão política como o próprio namorado, redobrando-se seus dotes pessoais e fortalecendo a união e o entendimento entre ambos”, destaca Barreto (2000, p.59). A própria mudança de Luíza para o Rio de Janeiro, mesmo antes do casamento, representou para Virgílio um “poderoso alicerce na construção de sua carreira política que tomava um rumo promissor” (BARRETO, 2000, p.61).

Em 1953, Luíza casou-se com Virgílio na capital carioca, e, pelos laços matrimoniais passou a se chamar Luíza Távora, ciente que viria a administrar a vida pública e privada da futura família, cuja união gerou dois filhos: Carlos Virgílio e Tereza Maria. Se pararmos para refletir sobre os enlaces entre o público e o privado, por um lado, para Luíza, “o casamento foi a melhor coisa que poderia ter acontecido. Poucas mulheres suportariam o sistema de vida de um político como eu, que inclusive, dilapidava, sempre que necessário, o patrimônio familiar” (BARRETO, 2000, p.65)².

Por outro, essa determinação de lugares sociais e de poder produzida pelo patriarcado, como nos preconiza Margareth Rago (1998), construiu posições binárias – sexo masculino “forte” e feminino “frágil” –, que desqualificam e enquadram a figura feminina e dividem as relações sociais, sobremaneira, relegando a atuação das mulheres ao espaço privado. Nesse ponto, Michelle Perrot dá relevo a essa análise, ao afirmar que:

A distinção entre o público e o privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade do século XIX. Em linhas gerais, as esferas são pensadas como equivalentes dos sexos, e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e pela casa. (PERROT, 2005, p.65)

Sob essa perspectiva, a atuação de Luíza ultrapassou a esfera do lar. Ora, é fato que a relação marital oportunizou a Luíza trilhar caminhos com participação na dimensão pública como mulher, esposa, mãe, ao lado de um homem-público já coroado na política. Dessa forma, Luíza foi esposa do Deputado Federal pelo Ceará, do Ministro dos Transportes do Brasil, até se tornar primeira-dama do Estado. Nessa função, ela alicerça seu percurso na política, que ocorreu durante os mandatos de Virgílio Távora como governador do Ceará, nos períodos de 1963 a 1966³, e de 1979 a 1982, quando se instalou uma ditadura-civil-militar⁴ no Brasil.

Nesse contexto, Luíza marcou sua trajetória na vida política com participação de destaque no campo das políticas públicas sociais; desenvolveu ações de cunho social, que lhe colocaram em evidência como mulher e como primeira-dama, indo além do exercício do papel de esposa dedicada ao lar e ao cuidado com os filhos; expandindo e tensionando

por dentro, o padrão arraigado em nossa sociedade do arquétipo “homem-provedor e mulher rainha do lar” (MALUF; MOTT, 2008, p.65).

Jogando com as fronteiras entre o público e o privado, e lidando, a seu favor, com as artimanhas do poder, Luíza encarnava essa personagem de destaque e projetava seu corpanzil. Não raro, ela aproveitava situações públicas para, com arrojo, impor sua figura na centralidade das cenas, como se vê nas imagens 1 e 2.

Figura 1- Missa da despedida e embarque para Brasília.
Figura 2- Terceiro aniversário do governo Virgílio Távora.



Fonte Figura 1: Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo Virgílio Távora, Série “Documentos Pessoais”, subsérie “Luíza Távora”, Caixa Nº 15. Nome da Fonte: Missa da Despedida e Embarque para Brasília, 15/05/1982.

Fonte Figura 2: Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo Virgílio Távora, Série “Documentos Pessoais”, subsérie “Luíza Távora”, Caixa Nº15. Nome da Fonte: 3º Aniversário do Governo Virgílio Távora, 15/03/1982.

Também conhecida como a “mãe dos pobres”⁵, o maior legado de Luíza foi construído em torno da imagem de uma mulher ligada ao cuidado com os filhos e à prática da caridade, da ajuda aos combalidos de toda sorte e do amor cristão ao próximo, valores de uma família adepta do catolicismo (MEDEIROS, 2012). A filha de Virgílio Távora e de Luíza Távora, Tereza Maria, confirma esta construção na sua declaração ao jornal *O Povo*, de 11 de maio de 2014, na qual afirma: “o vovô achava que quem não vivia para servir não servia para viver. Mamãe seguiu isso desde pequena, muito antes de conhecer papai”. Evoca-se, assim, um imaginário familiar que naturaliza as escolhas de Luíza. Suas ações aparecem como resultado das forças da tradição a qual ela pertence. Sua filha, Tereza Maria, enlaça gerações em uma única frase, e projeta as ações de sua mãe, Luíza, para fora do campo da política institucional. No campo do discurso, Luíza fez o que fez não porque era primeira-dama, mas porque isso era uma tradição de família. Uma família de tradição católica, ligada, portanto, às ações de caridade.

Seguindo esses passos, a primeira experiência de planejamento de Virgílio Távora foi marcada pela aliança da Igreja Católica com o Estado, isto é, o catolicismo cumpriu

seu papel com o voluntariado e a caridade à frente da “contribuição” prestada, enquanto o Estado atua mais como subsidiário. Aqui a figura de Luíza foi fundamental, operando como uma catalisadora dos discursos que aproximavam política, religião e família.

Essa conexão entre o religioso e o político, segundo assegura Júlia Miranda (1998), ocorre por diferentes prismas. Aliás, para a autora, é uma questão que:

vai muito além da especificidade da utilização dos símbolos religiosos. (...) Poder-se-ia perguntar se a expansão do “modelo” proposto estará na dependência do crescimento religioso ou apenas no seu poder de convencimento da imensa maioria, silenciosa e não engajada, seja religiosa ou politicamente (MIRANDA, 1998, p. 2).

Nesse cenário, Luíza Távora, sob a tutela do Estado e das diretrizes da Igreja Católica, dedicou-se às obras de beneficência “designadas aos desvalidos” e ao “cumprimento da vontade de Deus”, assumindo a presidência e a execução dos projetos sociais da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1963, e, em seguida, criando os Centros Maternais Profissionalizantes (CEMAPROS). Também assumiu a liderança da Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCCE e da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana – PROAFA. Não se deve esquecer, contudo, como seu papel de mulher caritativa, “mãe dos pobres”, também serviu como um mecanismo de poder, baseado no gênero, para difundir a moral e o controle sobre os pobres.

Nesse sentido, o seu trabalho social foi incrementado com os recursos da máquina estatal e a manutenção do sistema político vigente sob um forte apelo religioso, moral e de gênero. Isso porque estas mulheres como Luíza Távora foram arregimentadas para colaborar na promoção de ações de relevância social e não apenas para as atividades do lar. Contudo, essas iniciativas também representam uma estratégia de manutenção e renovação do poder. Aliás, a gestão do social exercida por Luíza era alicerçada pelo ato de filantropia e de assistência aos pobres, ao mesmo tempo em que eram efetivadas com base nos pareceres técnicos da administração pública do Estado, sobretudo, no segundo mandato de Virgílio, indicando as ambivalências do poder nas práticas de assistência social.

É pertinente frisar que, no segundo mandato de Virgílio, não houve a participação da Igreja Católica na prática das obras sociais ao lado do Estado, pois desta vez o próprio governo assume o protagonismo na execução das ações de intervenção social, uma vez que foi gestada sob a égide do planejamento e a técnica. Vários especialistas foram contratados para atuar em suas áreas específicas e Luíza permanece conduzindo as

atividades de responsabilidade social, conforme atesta a reportagem do jornal *O Povo*, de 11 de maio de 2014, com o título de *Dona Luíza Távora, 'a irrepetível'*:

No segundo mandato de Virgílio, (Luíza Távora) presidiu o Centro Administrativo de Ação Social e o Conselho administrativo da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febemce), entre outras funções na área, contribuindo na urbanização do Morro de Santa Terezinha e o Pirambu e na criação dos conjuntos habitacionais São Miguel, Santa Cecília, Lagamar e Tancredo Neves.

Portanto, o imperativo de trabalhar na execução de projetos sociais em prol dos pobres, com o apoio de Virgílio Távora, fazia parte das ações necessárias à manutenção de seu governo e de incentivo à política desenvolvimentista. Tal realidade também foi reforçada em outras matérias, como a veiculada pelo Jornal *O Povo*, acerca da criação dos CEMAPROS, em 1965:

Há pessoas que julgam ser muito fácil a criação de um Centro Maternal. Talvez o seja, mas nem sempre o Centro poderá oferecer perspectiva de sucesso. Este sentimento, aliás, deve existir como condição preliminar para que a Legião Brasileira de Assistência se interesse por ajudar. Antes, pois, de pensar no Centro Maternal dona Luíza Távora – Madrinha das Lavadeiras – exige que se exerça, no bairro ou cidade, um tipo de comunidade. A comunidade significa a união de todos, de tal forma que a maioria sinta vontade de trabalhar e de progredir. Para tanto, o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, oferece os préstimos de pessoas, que com técnicas especiais atende aos apelos dos líderes e motiva os grupos para uma ação conjunta. (O POVO, 1965, p.10)

O jornal *O Nordeste*, do mesmo modo, trata da criação dos conjuntos habitacionais São Miguel, Santa Cecília, Lagamar e Tancredo Neves, bem como da urbanização do Morro de Santa Terezinha e do Pirambu, o que remete ao grande alcance das obras empreendidas e, por conseguinte, a tentativa de alavancar o prestígio do então chefe do executivo local:

As favelas, que já existem, precisam ser humanizadas. Seus habitantes precisam receber estímulo e ajuda para realizarem os melhoramentos possíveis nos casebres em que já estão Pirambu, Nova Brasília, Lagamar, Morro do Ouro, precisam ser ajudados a se transformarem em bairros operários, com calçamento, água, iluminação pública e casas confortáveis e higiênicas. URBO é o maior acontecimento do presente ano, na história de Fortaleza. Pela primeira vez, Prefeito e Governador se uniram para estudarem, em conjunto, os problemas da população suburbana dos mocambos nesta cidade e iniciou um plano de construção de casas populares, plano este elaborado pelo grupo de trabalho recentemente criado, que visa à Urbanização dos Bairros Operários donde veio a sigla URBO111. (O NORDESTE, 1963, p.5-6)

As ações com a participação direta da Igreja Católica também foram noticiadas, pois era preciso divulgar, dar visibilidade e deixar vir à tona as atividades humanitárias realizadas pela Igreja Católica e pelo Estado. É o caso das festas natalinas organizadas pela Igreja e a LBA – tendo à frente Luíza Távora –, nas quais a primeira-dama fazia questão de participar de todas as festividades, segundo aponta o jornal *O Povo*:

O Governo do Estado e a Legião Brasileira de Assistência vão presentear, este ano nas festas de Natal, cerca de 700 crianças de cada uma das 17 paróquias de Fortaleza, totalizando 12 mil crianças pobres. Serão distribuídos roupas e brinquedos através de cartões que serão oferecidos às famílias pelos vigários das paróquias. (O POVO, 1963, p.1)

Daí, conforme advoga Torres, “(...) é possível dizer que, aos poucos, as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando grande potencial de liderança e poder de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações” (TORRES, 2002, p.22).

Após a saída de Virgílio do segundo mandato de governador, ele retorna à Brasília com Luíza, para assumir novamente a cadeira do senado pelo Ceará, em 1983, permanecendo no cargo até seu falecimento em 1988. Em 1990, Luíza candidata-se como vice de Paulo Lustosa (governador), com o fito de “dar continuidade ao trabalho de Virgílio, pensamento que vinha alimentando desde seu desaparecimento em junho de 1988”, nos explana Barreto (2000, p. 311). Essa decisão de Luíza causou admiração a todos, por participar de uma eleição sem a figura de Virgílio (BARRETO, 2000, p. 325), o que nos leva à reflexão de como ela foi posta à sombra do marido por inúmeras vezes. Luíza é derrotada nas urnas. Após um tempo com a saúde fragilizada, ela falece na manhã de 1992. Inúmeras manchetes estamparam os jornais, por dias seguidos, anunciando a sua perda:

Dona Luíza foi, sem dúvida, **a mais atuante primeira-dama que a população cearense conheceu**. Ela soube cativar milhares de pessoas humildes tanto na periferia de Fortaleza quanto no interior do Estado, com seu **espírito público**, generosidade e dedicação (DIÁRIO DO NORDESTE, 1992a, *grifos nossos*).

Dona Luíza foi uma companheira de presença marcante em todos os momentos da atividade parlamentar em todos os momentos da atividade parlamentar executiva de Virgílio. Ela garantiu por todo o tempo o tom humano que sempre procurou dar às pessoas que a procuravam, aos seus planos de assistência social que a tornaram muito atuante e respeitada (TRIBUNA DO CEARÁ, 1992a, *grifo nosso*).

A atuação de Dona Luíza, sobretudo na área social, foi da maior importância. Sua morte foi uma grande perda para o Estado, principalmente, por sua liderança social e por ter empreendido um serviço fundamental de atendimento aos mais pobres (DIÁRIO DO NORDESTE, 1992b, *grifo nosso*).

A morte de Luíza é uma perda para o Ceará e seu povo, pois ela foi a **grande figura feminina do Estado**, nos últimos tempos. Era uma mulher de fibra, corajosa e grande companheira de Virgílio Távora. Era a **mãe dos pobres**, amada e respeitada por todos, principalmente por aqueles menos favorecidos pela sorte (TRIBUNA DO CEARÁ, 1992b, *grifos nossos*).

As matérias enfatizam o itinerário traçado por Luíza ao lado de seu marido na política, e refletem seu grande potencial de mobilização e de fortalecimento da imagem de Virgílio. A condução das atividades assistenciais ajudou a construir sua trajetória como mulher, mãe, esposa, primeira-dama, bem como na fabricação de sua imagem como mãe dos pobres. A representação de sua imagem como tal, reverberou pelos jornais e pelas vias mnemônicas, ao mesmo tempo que não esteve dissociada do fato de Luíza ser esposa de Virgílio.

Os estudos de Scott (1995) fortalecem essa ideia de como Luíza Távora evocou as representações simbólicas de gênero, como manobra de poder para enaltecer a figura pública do marido por meio de suas ações sociais. Ações estas articuladas e integradas numa análise da construção e consolidação do poder, evidenciando-se as conexões explícitas entre poder e gênero.

A partir dessa perspectiva, dando atenção aos sistemas de significado, Scott (1995) esclarece como as sociedades representam o gênero, utilizando-se dele para articular as regras de relações sociais. O gênero, desse modo, constitui-se como uma maneira de dar significado às relações de poder, uma vez que a mulher atribui significado às suas atividades através da interação social efetiva.

Daí constata-se como Luíza Távora busca legitimar e erigir as relações sociais, – a partir das “necessidades” expostas pelo Estado, naquele momento, de manutenção da ordem do Estado, da família, da moral cristã –, possibilitando-nos perceber também como há uma relação recíproca do gênero e sociedade. Sob essa ótica, Scott (1995) nos lembra como o gênero é uma categoria analítica evocada frequentemente pelo poder político, tendo em vista que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1995, p.86), como parte do próprio significado de poder movido pelo processo social das relações de gênero.

Logo, no tocante a esse assunto, a apropriação do campo social reflete uma postura política de âmbito não somente local, mas como parte da relação entre as duas esferas. Mormente, em governos militares, são acentuadas as práticas e discursos assistencialistas, como pano de fundo para embasar as tratativas de legitimação do governo. É, nesta questão, que Luíza Távora nos leva a refletir como ela projetou seu capital simbólico (BOURDIEU, 2003) para a legitimação do governo vigente, como mulher de família e mediadora de atividade de destaque e relevância local. Isso enquanto articuladora de políticas públicas estatais, aproximando o campo social da esfera política.

Assim, a figura de Luíza Távora suscita o entendimento acerca de diversas facetas da produção de memória das mulheres, através de jogos e circulação de representações, à medida que a mulher instiga o gênero como artimanha de poder; a figura da mãe é articulada como símbolo, não só de amor e de abnegação, mas também como elemento de força e coragem (DUARTE, 2009). Nesse sentido, pode se ter o entendimento de que Luíza recorre a essa construção de “mãe dos pobres” como estratégia de poder.

Não se pode deixar de frisar, que mesmo diante de toda a trajetória de Luíza Távora, atuando muitas vezes como protagonista e não mera coadjuvante, ela permaneceu, por vezes, à sombra da imagem do marido, como nos arquivos públicos. Tal perspectiva reporta ao que Michelle Perrot (1989, p.10) aponta como o espaço sexuado da cidade do século XIX, do ponto de vista que “nele as mulheres se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas(...)”, onde a maneira como se vestem é o que mais importa e fascina à sociedade vindoura.

Isso nos ajuda a refletir como ser mulher é uma construção social e varia no tempo e no espaço. E mesmo quando se tratam de mulheres de elite, seus rostos ficaram nos recônditos por muito tempo dos registros históricos. Sobre esse silenciamento, Guedes e Melo (2019) retratam como um contexto denominado de “mulheres sem rostos”, enquanto Michelle Perrot (1989) argumenta que “no palco da memória, as mulheres são sombras tênues”, tratadas por muito tempo como alegorias ou símbolos.

Nesse ponto, as experiências histórico-sociais estabelecidas entre as esferas da vida pública e privada representam um dos fatores que corroboram para a “reprodução do poder masculino” (SOIHET, 2003, p.35), onde o espaço público, pela ótica da divisão dos sexos, sobretudo, o político e o econômico, era consagrado aos homens. Não obstante, não se pode deixar de frisar que, atualmente, ainda que as mulheres se façam presentes nesses espaços, a representatividade feminina avança em passos lentos.

Luíza Monumentalizada

A imagem de Dona Luíza Távora continua sendo entronizada. Em torno de seu nome, mobiliza-se uma memória que ganha forma em celebrações e referências constantes. Na imprensa, sua história é convocada para remartelar os discursos em torno da sua grandiosidade e a singularidade de sua figura. Nos espaços públicos de Fortaleza, de modo particular, e do Ceará, de modo geral, vão sendo pontuados monumentos e homenagens. Ruas, praças, escolas, centros artesanais etc. impõem a permanência da personagem no palco da História.

A Luíza de tinta e cores da imprensa, e a Luíza de pedra e cal dos monumentos se encontram sempre em torno do mesmo lugar: a monumentalização. Nessa evocação de sua existência, no entanto, ela aparece de forma autônoma, quer dizer, rememora-se seu nome descolado do nome do esposo, do nome do governador. Nos jogos memoriais, Luíza consegue, aparentemente, o que buscava: existir como sujeito pleno de si, cuja figura pode ser alcançada diretamente, sem a necessidade de um título, de um interlocutor ou de uma posição social. Nos monumentos materiais e discursivos, a vida dela continua. “Os mortos não se vão, ficam conosco na saudade de quem sempre e para sempre, dentro de nós, os encerrou”, como disse Adelaide Barreto (2000, p.339), na biografia que escreveu de Luíza Távora.

A tríade formada pelos discursos na imprensa, pela biografia e pelos nomes em espaços públicos constituem um arquivo potente para quem deseja saber de Luíza Távora e sua relação com a História. Mas, esse arquivo tem sua existência construída como homenagem, não como questionamento. Diante dele, o(a) historiador(a) precisa impulsionar o pensamento noutra direção. Impõe-se a tarefa de dessacralizar Luíza, balançar o ciclo das verdades confortáveis sobre o qual sua imagem repousa.

Essa tríade nos ajuda a refletir acerca do modo como a memória é mobilizada no processo de edificação e manutenção da monumentalização da imagem de Luíza. Ao levantarmos essa questão, buscamos entender como as imagens são repensadas, revividas, a partir da ideia de que cada uma delas é elaborada em seu tempo e espaço específicos. Cada representação dos fragmentos e realidades históricas é fundada no imperativo de uma narrativa real, de um discurso peremptório que julga falar em nome do real (CERTEAU, 2016). Essas representações e narrativas, por sua vez, integram a maquinaria do poder, associam-se à criação e dominação no imaginário coletivo.

Numa primeira reflexão, o ideário das relações de poder, no processo de fabricação da imagem de Luíza, deve ser entendido como um discurso que vai para além da fala e da escrita, isto é, ele transborda, atinge as estruturas espaciais, arquitetônicas, atravessa e projeta a imagem individual de Luíza a partir de ângulos variados. É por isso que nesse arquivo, Luíza pode ser ora tratada a partir de sua figura empertigada, exibindo claramente seu lugar de poder, ora ser observada a partir de sua beleza física. Afinal, o que vemos quando olhamos as fotos 1 e 2 (apresentadas acima)? Podemos dizer que vemos uma mulher bonita, ou que vemos uma mulher poderosa. Qualquer que seja a resposta, elas não são opostas ou excludentes e constituem os dispositivos que (con)formam o sujeito.

Essa trama em torno de Luíza nos impulsiona a alguns questionamentos: que papel a imagem associada à beleza desempenha no caso das primeiras-damas? A partir desse ponto de vista, o que dizem sobre Luíza? Sobre o assunto, estas foram algumas frases proferidas pela população como manifestação de despedida, quando da sua morte em 13/02/1992:

Ela está bonita como sempre foi.

Dona Luizinha era uma santa.

Com certeza, nossa protetora está no céu.

Ficamos sem a nossa mãe [BARRETO, 2000, p. 335, *grifos nossos*].

Os pronunciamentos apresentam Luíza com atributos femininos ligados desde à beleza, passando pela santidade, até a evocação dela pelo instinto protetor, o maternal. São projeções positivadas, certamente. Mas só o são num campo imagético muito específico: naquele segundo o qual à mulher cabe lugares e modos específicos de atuação, materializados na imagem de dona do lar, cuidadora do marido, protetora da vida privada. Nada disso pode ser dissociado de uma forma de hierarquização estabelecida: a de mãe. Podemos perceber, por sua vez, como existe arraigado no imaginário coletivo, a ideia de um modelo padrão preestabelecido de beleza, de mulher, de primeira-dama, que é cobrado/enaltecido por parte significativa da sociedade. Deseja-se que a mulher seja “Bela, recatada e do Lar”⁶ e a primeira-dama deve ser um exemplo desse modelo.

Essa é uma faceta do primeiro-damismo que, ao mesmo tempo que representa uma instituição que serve para dar credibilidade ao governo, ocupa um espaço de poder e ancora-se numa cultura machista ligada à aparência. Por esse ângulo, Luíza Távora traz a construção de sua imagem como algo que não dá muita atenção, sempre buscando destacar que seu trabalho à frente da presidência e execução dos projetos sociais realizado na Legislação Brasileira de Assistência (LBA), é até mais importante do que a presença

do então Presidente da República em sua casa, como podemos perceber algumas dessas questões, a seguir:

A preocupação com roupa não dá na minha cabeça (BARRETO, 2000, p.116).

Visito ou recebo até a rainha da Inglaterra, do jeito que sou (BARRETO, 2000, p.116).

Detesto protocolo. Se o sapato me aperta, me livro dele onde quer que eu esteja. O Presidente Castelo Branco se hospedava em nossa casa. Eu, então, mostrava o lugar de cada coisa que ele poderia vir a precisar e ia dar meu expediente na LBA (BARRETO, 2000, 117).

Em *A cultura das aparências: uma história da indumentária* (2007), Daniel Roche faz uma análise do mundo da moda francesa contemporânea, e indica que este mundo não está preocupado com as futilidades que permeiam esse cenário, mas nas possibilidades de investigação dos aspectos políticos, sociais e econômicos. Para Roche, como os atos de vestir, de se apresentar são mecanismos da sociedade e instrumentos de representatividade de si, a partir deles é possível pensar nas mentalidades e nos comportamentos que subjazem e dialogam com a superfície das aparências.

Nesse sentido, destacamos a matéria abaixo na qual Luíza aparece em uma ocasião festiva em Brasília, usando um vestido de renda, bem como a anfitriã:

Luíza Távora veio a Brasília comandar a exposição do Artesanato do Ceará, quando reuniu na residência de Nice Marcílio um punhado de amigas para um desfile e mostrar o belíssimo trabalho cearense. Foi uma movimentadíssima tarde. Luíza veio desta vez bem mais magra, usava um bonito vestido de renda preto e a anfitriã [*Sic*] (Nice), também de renda do Ceará num bege muito alinhado (CORREIO BRAZILIENSE, 1980, p.19).

A primeira-dama, sobretudo, ao aparecer usando o elemento da tradicional cultura cearense, a renda, apropria-se e valoriza o objeto em questão, mas ela também se valoriza ao incorporá-lo, pois além de trazer feminilidade, passa a construir uma imagem de si e de proximidade com o povo. Atenta aos meandros do poder, Luíza sabia que “a ilusão de intimidade com o povo é necessária” (BURKE, 2009, p.213).

Outra questão que trazemos em nossa análise refere-se ao processo de monumentalização da memória de Luíza por meio da cultura histórica produzida por meio da “Praça Luíza Távora”; da Rua Luíza Távora, em Itaitinga; e das escolas públicas e privadas com o nome dela. Ainda hoje existe o Colégio Piamarta, e o Restaurante Escola Luíza Távora esteve em funcionamento até meados de 2021:

Na ocasião, seu corpo [*de Luíza*] sairá da capela de Nossa Senhora da Assunção, do Colégio Piamarta. O Colégio fechou suas portas em sinal de luto, colocando na porta da entrada do 'Restaurante Luíza Távora' uma placa avisando que a comunidade se encontrava consternada com a morte de sua benemérita'. (BARRETO, 2000, p.335)

O referido restaurante trazia em sua página virtual a seguinte apresentação: "Tradicional restaurante de comida brasileira em Fortaleza, com ótima localização, ambiente agradável, ambiente familiar. Com quase 40 anos de existência, parte da renda é utilizada para fins filantrópicos que atende crianças e adolescentes em situação de risco".

Outro monumento é erigido em homenagem à memória de Luíza, em 22/dez/2017, cuja reportagem estampada na página oficial do governo do Ceará, anuncia: "Inauguração do centro de rendeiras Luíza Távora em Aquiraz criado para movimentar a economia", e continua no corpo da matéria:

Um espaço para a produção da arte cearense, gerando empregos, atraindo turistas e movimentando a economia. Quem passar pelo novo Centro de Rendeiras Luíza Távora, na Prainha, no município de Aquiraz, vai encontrar uma grande variedade de obras com renda de bilro, renda filé, bordado ponto cruz e labirinto. O equipamento, formado por 38 boxes, foi inaugurado na noite desta quinta-feira (21), em evento com a presença do governador Camilo Santana e da primeira-dama do Ceará, Onélia Santana (SAMPAIO, 2017, p.1).

Esses jogos entre memória e celebração, entre imagem e idealização ajudam na construção da Luíza monumentalizada; elaboram e são constituintes de um arquivo outro, associado à história da primeira-dama. A monumentalização não se separa dos usos do passado. Como disse Britto (2015, p. 212), "a monumentalização pode ser compreendida como um processo singular de invenção e fabricação histórica que necessita de "vigilâncias comemorativas". Por isso, ela precisa ocupar o espaço público e fazer com que o sujeito ou o evento monumentalizado se torne "visível à distância". Em outras palavras, invenção e monumentalização não são gestos de significação opostos, mas estão longe de serem simétricos. Um monumento visível não quer dizer decifrável. Todo monumento traz em si algo da Esfinge de Tebas. Cabe agir como Édipo.

Por esse caminho, um monumento é mais que uma estátua ou um obelisco. O monumento é a ocupação da seara pública: uma rua, uma escola ou uma praça, eivadas de valores e sentidos, muitas vezes conflitantes, que reverberam acordos, disputas e tensões entre os distintos sujeitos que as imputam à sociedade. Tudo isso é considerado

monumento porque toca o espaço e elabora (corroborar) uma visão específica do passado que elege sujeitos e eventos como marcos na trajetória histórica do lugar.

Assim, pode-se compreender que ao analisar-se as tramas da monumentalização da memória de Luíza, a partir de uma cultura histórica produzida, abre-se caminhos para perceber como essa construção mítica contribui para cimentar a força política e as imposições de poder.

A ausência do arquivo impõe um silêncio ensurdecedor.

A experiência de pesquisar sobre a trajetória de vida pública de Luíza Távora haveria, inevitavelmente, de nos levar ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). De posse desse arquivo outro, constituído pela escrita biográfica, pela monumentalização e pela reverberação do nome de Luíza pelos monumentos públicos, chegamos ao APEC. Para nossa surpresa, Luíza não tem uma entrada própria no Arquivo. Ela aparece numa subsérie, dentro do Fundo Virgílio Távora. Essa situação, de imediato, transformou-se em indagações: Por que a mulher monumentalizada, a personagem exaltada, cuja memória são frequentemente evocadas, está ausente no Arquivo? Por que para pesquisar Luíza Távora precisamos recorrer ao arquivo de seu esposo? Quer dizer, a Luíza existe apenas como esposa, como primeira-dama, como mulher, como figura subalterna nesse jogo de elaboração do conjunto de documentos que dão materialidade à sua existência?

Sabemos que o arquivo não é o conjunto de documentos, mas, antes a sua lógica, o seu modo de encaixe e apresentação, como nos disse Michel Foucault. Nas suas próprias palavras,

Chamarei de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas (FOUCAULT, ditos e escritos II, 2003).

A partir disso, era preciso pensar ao menos uma regra, algo que permitisse vislumbrar respostas para a ausência do arquivo sobre Luíza Távora. Na superfície, a regra pode estar associada às posições de governador e primeira-dama, na relação de visibilidade pública que esses lugares de poder mobilizam. Não se pode descartar tal injunção, é verdade. Mas, abaixo da linha d'água, acreditamos que a ausência do arquivo se relaciona àquilo que Arlette Farge chamou de “diferença dos sexos”. Nas suas palavras,

“a história da diferença dos sexos é a história de uma experimentação social e constantemente renovada entre o mundo masculino e o mundo feminino” (FARGE, 2011, p. 115). Como a lógica do arquivo não se separa da lógica societal, a diferença dos sexos se apresenta como elemento justificador, do modo como o passado é ordenado, transformado em arquivo.

A inexistência do arquivo explode num silêncio ensurdecedor. Sua ausência, a rigor um impossível⁷, como nos indica Roudinesco (2006), não deve assustar, ao ponto de paralisar, a quem trabalha com a História. A ausência do arquivo é um fantasma que não tememos; mas, ao contrário, enfrentamos. Quando não existe o arquivo, o olhar indagador deve se deslocar e imaginar novas questões. Incapaz de perguntar o que o arquivo diz (ou diria), começamos a problematizar o apagamento do arquivo, a pensar as forças que elaboram sua própria organicidade.

A ausência do arquivo pode, portanto, ser uma oportunidade de colocarmos em prática os ensinamentos benjaminianos e pensarmos uma história “à contrapelo”; quer dizer, essa ausência nos convida a tomarmos certa distância dos monumentos da cultura, pensando-os, também, como monumentos da barbárie; e a encarar, dialeticamente, o jogo entre presença/ausência da figura da Luíza Távora nos espaços de poder, que dão existência à sua figura. Enquanto ela é homenageada na paisagem da cidade, a lógica de arrumação do passado, lhe impõe um lugar subsumido.

Não se deve esquecer que os arquivos, entendidos aqui como espaços monumentalizados e privilegiados no diálogo com a disciplina História, são, sem dúvida, um desses mais significativos monumentos da cultura. Associados às lutas pelo direito à História, os arquivos são, portanto, formas de lidar com o passado. Luíza, ao contrário de seu marido, teve pouca oportunidade (ou mesmo atenção) de controlar os enunciados sobre sua persona; talvez encantada com as muitas notícias elogiosas que saltavam na imprensa, talvez incentivando essas mesmas notícias, ela parecia não perceber que aos poucos erigiam uma figura que ela mesma não conseguiria controlar. Luíza estava fora do controle da Luíza. Essa situação, obviamente, não é uma exclusividade dela, e atinge invariavelmente as pessoas públicas.

Mas, no caso de Luíza, acreditamos, a imagem imaculada acabou por converter-se também no fardo; é preciso quebrar o pedestal onde ela foi colocada para trazê-la de volta à terra, onde sujeitos históricos são contraditórios, errôneos e errantes. Por isso o arquivo é importante, porque ele é um campo de registro dos objetos (FOUCAULT,

2007). É por meio dele que os objetos são elaborados e transformados. E os objetos não são coisas, são domínios sobre os quais se pode dizer alguma coisa (FOUCAULT, 2005).

Não se trata de convocar uma imagem laudatória de Luíza, nem da sacralização de sua figura de mãe (seja dos pobres, seja dos seus filhos) exemplar. Também não se exige que ela tenha um fundo documental como tem seu marido. Não se trata nem mesmo de questionar a lógica das entradas da ciência dos arquivos. Muito pelo contrário. Trata-se de um esforço para humanizar Luíza, devolver-lhe a sua própria existência, descolá-la da imagem-adendo, com a qual a sua figura é tratada. Por isso se discute seu arquivo em sua relação com a subalternidade.

A visão de subalternidade, a deslegitimação da mulher como figura pública, aparece na arrumação dos registros da vida de Luíza e de Virgílio. Ela, Luíza, passa a existir como arquivo/anexo da figura do Virgílio, ou seja, o gênero como um marcador social que define o lugar público, no qual os sujeitos devem se encaixar. Luíza, com todos os seus privilégios – branca, rica, de família tradicional – só existe no arquivo como uma subsérie. Um fundo documental é dedicado ao Virgílio. Na série "documentos pessoais", a subsérie é Luíza.

O arquivo incorpora documentos íntimos. De exames médicos a correspondências. São coisas de uma dimensão mais reservada. E é no meio dessas coisas que a figura de Luíza Távora é encaixada. Coisas mais íntimas, portanto, do ambiente particular, da vida privada, ficam dentro de uma série "documentos pessoais". Mas dentro dessa arrumação – Fundo Virgílio Távora, Série: Documentos Pessoais – a subsérie é Luíza Távora. Essa associação entre mulher e vida privada, esse enclausuramento do sujeito, via arquivo, não se separa de um outro enclausuramento, que coloca a mulher nesse lugar de guardiã, de protetora dos valores da família e a da tradição, da cuidadora da memória, da arquivista do passado íntimo, da arrumadora do passado que será legado à posteridade. Luíza e os “documentos pessoais” fazem parte de uma lógica profunda, um modo de encadeamento das coisas.

Olhar o fundo Virgílio Távora para encontrar Luíza não deixa de ser intrigante, não deixa de nos fazer lembrar os ensinamentos foucaultianos sobre “a vida dos homens infames” (FOUCAULT, 2003), sujeitos que só passam a existir quando são alcançados pelo Estado, quando são incorporados, via disciplina, na lógica do poder.

O arquivo é um jogo de tempos. Há o tempo do evento, aquele que está retratado na fabricação material do documento. Aqui temos uma foto ensaiada de uma missa ou de um vernissage, a placa da inauguração de uma obra, a cópia do discurso, o flagrante

inesperado de um instante. A identificação nem sempre é decifrável na primeira visada. Há também o tempo da fabricação do arquivo. Esse tempo se refere ao processo de agrupamento, de seleção, de organização, de migração espacial, da saída do lugar de registro para o de documento. As coisas assumem outro sentido nesse deslocamento. O que lhes preenche é menos a materialidade e mais as elaborações posteriores. Não se trata mais de dizer o que é essa foto. Mas de indagar “o que essa foto quer dizer?” São os modos de agrupamento, resultantes, entre outros fatores, de forças e interesses políticos. Diante desse segundo tempo, o trabalho historiográfico questiona a razão do arquivamento, indaga sobre as forças que sedimentam o lugar de documento daquilo que vem sendo arquivado. Numa sentença, a imaginação historiográfica quer saber como essas coisas foram organizadas de modo a se tornarem documento? É esse o tempo que nos faz pensar no modo como o sujeito vai sendo – não a partir dos documentos em si, mas da história dos documentos – fabricado.

Há, por fim, o tempo da análise desse sujeito. Esse não se separa da análise do arquivo, por óbvio. Mas nos interessa pensar o tempo do arquivo, que não é simétrico ao tempo do sujeito arquivado. Pensar os arquivos, é, portanto, pensar a própria lógica de fabricação da História. Sem isso, a História tende a ser uma narrativa que se encanta, acriticamente, consigo mesma. É isso o que tentamos fazer diante do arquivo de Luíza Távora.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA CAMARGO, A. M. DE. Historiadores e arquivistas: um diálogo possível. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 48, v.1, 30 jul. 2018

ARLETTE, Farge. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

BARRETO, Maria Adelaide Fléxa Daltro. *Luíza Távora, uma legenda*. Fortaleza, ABC – Fortaleza, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos do George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II*. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. V. 4.
- GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza. *Todas as mulheres dos presidentes: a história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da República*. Rio de Janeiro, RJ: Máquina de Livros, 2019.
- LIMA, Francisco. As Lavadeiras fizeram os Centros Maternais. *O Povo*. Fortaleza, 17 de agosto de 1965.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X da biografia*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: F.A. Novais & N. Sevcenko (orgs). *História da vida privada no Brasil 3 – República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva. *Primeiro-damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
- MIRANDA, Júlia. *O Jeito Cristão de Fazer política: representações, rituais e discursos nas candidaturas pentecostais e carismáticas*. ANPOCS: Caxambu (MG), 1998.
- MOTA, Maria Aparecida dos Santos. *Bela, recatada e do lar*. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo:Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. Prática da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, nº 18, pp. 09-18, ago. 89/set.89.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- ROCHE, Daniel. *A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: SENAC, 2007.
- ROUDINESCO, Elizabeth. *A análise e o Arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, R. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus: Revista de História*, [S. L.], v. 9, n. 1, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20573>. Acesso em: 24 jan. 2022.

TORRES, Iraídes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

Fontes:

CAMPOS, Eduardo. Dona Luíza. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 15 de fevereiro de 1992.

CARVALHO, Cid. Dona Luíza partiu. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 15 de fevereiro de 1992.

CASTRO, Manoel de. Matéria especial acerca do falecimento de Luíza Távora. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 14 de fevereiro de 1992b.

CORREIO BRAZILIENSE. Coluna Variedades, Brasília, 04 de novembro de 1980.

GOVERNO DO ESTADO E L.B.A. SERÃO PAPAÍ NOEL DE DOZE MIL CRIANÇAS DAS PARÓQUIAS. *O Povo*. Fortaleza, 27 de novembro de 1963.

LUSTOSA, Paulo. Morre a ex-primeira-dama do Ceará Luíza Távora. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 14 de fevereiro de 1992a.

PONTES, Bruno. Dona Luíza Távora, “a irrepetível”. *O Povo*. Fortaleza, 11 de maio de 2014.

SAMPAIO, Thiago. *Inaugurado o Centro de Rendeiras Luíza Távora que vai movimentar a economia em Aquiraz*. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/22/inaugurado-o-centro-de-rendeiras-luiza-tavora-que-vai-movimentar-economia-em-aquiraz/>. Acesso em: 03/04/2021.

SANTOS, Cláudio. Dona Luíza partiu. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 15 de fevereiro de 1992a.

URBANIZAÇÃO DOS BAIRROS OPERÁRIOS (URBO): o maior acontecimento do ano em Fortaleza. *O Nordeste*. Fortaleza, 10 de abril de 1963.

¹Aqui nos propomos a um exercício inicial de reflexão sobre algumas das singularidades e distinções no trato com o “arquivo”, seja no campo da arquivística, saber válido, reconhecido e inevitável, quando o tema do arquivo emerge; seja no campo da filosofia e teoria da História, onde o conceito de arquivo ganha uma largueza que, ainda que não atinja uma precisão conceitual, tem o mérito de fazer pensarmos ainda mais sobre essa dimensão incontornável do ofício do historiador, que é a do campo dos documentos. Como alerta Almeida Camargo (2018, p. 25), “no cerne do trabalho arquivístico está a busca dos contextos de origem dos documentos (...). A perspectiva é promover a adequada contextualização dos documentos de arquivo, de modo a lhes garantir a necessária estabilidade de sentido e permitir que continuem a representar o ente

produtor ao longo do tempo.” E isso nos interessa profundamente, porque tratamos, aqui, de alguns documentos referentes à vida (pública e privada) de uma mulher. Entender como e em que contexto esses documentos ganharam a dimensão de arquivo, torna-se ponto fulcral de nosso intuito de pesquisa. Por outro lado, pensamos que o arquivo não está restrito à materialidade empírica, ao corpus documental do qual não se separa. Como indica Foucault (1968, p. 98), “(...) *arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas*”. Então, pensar o arquivo não apenas como conjunto de documentos e (em) seus contextos de produção, mas também “o jogo das regras” que fazem a existência lógica dos arquivos, é uma das questões que movimentam o nosso pensamento nesse resultado inicial de pesquisa.

²Luíza Távora foi o ponto central do livro “*Luíza Távora, uma legenda*”, escrito por Maria Adelaide F. Daltro. Esse livro, junto às pesquisas feitas em outras fontes, como os jornais, são os principais documentos de onde extraímos as informações sobre a vida de Luíza Távora apresentadas aqui.

³Em 1966, finda-se o primeiro governo estadual de Virgílio Távora. Inicia-se, então, sua campanha eleitoral pelo segundo mandato a Deputado Federal pelo Ceará. “A presença de Luíza nos comícios passava para o povo a confiança no candidato, pois, sendo uma mulher renovadora, dinâmica e profundamente caridosa, despertava em todos a admiração e o respeito, sentimentos que foram traduzidos em votos de agradecimentos direcionados ao grande líder cearense”, pontua Barreto (2000, p.141), o que traduz a grande influência política de Luíza junto ao marido. Eleito em 1967, a família muda-se para Brasília. Em 1971, Luíza tornar-se a esposa do senador (1971 a 1979).

⁴O golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil, resultou no afastamento do Presidente da República, João Goulart, tomando o poder o Marechal Castelo Branco. O então regime militar estabelecido, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país, durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Para mais detalhes, ver: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. São Paulo, Editora Zahar, 2014.

⁵A expressão “mãe dos pobres” aparece na imprensa vinculada à figura de Luíza, sobretudo, a partir do primeiro mandato de Virgílio Távora, enquanto governador do Estado do Ceará. Essa alcunha lhe é atribuída devido às suas ações assistencialistas destinadas aos pobres. No entanto, Darcy Vargas, mulher do então presidente da República, Getúlio Vargas, foi a primeira primeira-dama a ser tratada como tal no Brasil.

⁶Imperioso lembrar da matéria veiculada pela revista Veja, em 20/abril/2016, com o título “Bela, Recatada e do Lar”, referindo-se a Marcela Temer, esposa de Michel Temer, presidente da República à época. A reportagem evoca características de conservadorismo, feminilidade, beleza, maternidade, dotes domésticos, traços projetados para determinar a imagem de uma mulher “ideal” em uma sociedade machista e patriarcal. Em contrapartida, trazendo à tona questões frequentemente veladas sobre os lugares do feminino, “Dilma Rousseff [*ex-presidenta do Brasil*] é tomada como o avesso, pois é vista como uma mulher destemida, independente, militante e que enfrentou muitos obstáculos para chegar ao posto mais importante do país” (MOTA, 2017, p.12). Outras matérias publicizadas surgiram contrapondo a imagem de Marcela e Dilma, provavelmente pela proximidade espaço-temporal e por serem mulheres políticas, no qual percebemos uma imbricação da questão de política e de gênero.

⁷Elizabeth Roudinesco elabora a tese de que há dois impossíveis, diante do Arquivo: a falta e o excesso. Quer dizer, não há falta total de arquivo porque não se pode pensar o apagamento radical. Sempre há algo que resta e é esse algo, que, paradoxalmente, faz do “ausente” o “presente”. Também não podemos pensar no excesso de arquivo, porque não é possível um arquivo que seja simétrico à história que ele aciona.

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 05 de maio de 2022.